Comunicação Pública

Vol.11 nº 21 | 2016
Número não temático

Pires, Nuno Lemos (2016). *Resposta ao Jiadismo Radical – Políticas e estratégias para vencer grupos como a al-qaeda ou o daesh*. Lisboa: Nexo Literário. (162 páginas). ISBN: 9789898529350

João Tiago Proença

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/cp/1302
DOI: 10.4000/cp.1302
ISSN: 2183-2269

Editora
Escola Superior de Comunicação Social

Refêrencia eletrónica
João Tiago Proença, « Pires, Nuno Lemos (2016). *Resposta ao Jiadismo Radical – Políticas e estratégias para vencer grupos como a al-qaeda ou o daesh*. Lisboa: Nexo Literário. (162 páginas). ISBN: 9789898529350 », *Comunicação Pública* [Online], Vol.11 nº 21 | 2016, posto online no dia 15 dezembro 2016, consultado o 25 setembro 2020. URL : http://journals.openedition.org/cp/1302 ; DOI : https://doi.org/10.4000/cp.1302

Este documento foi criado de forma automática no dia 25 setembro 2020.

Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Pires, Nuno Lemos (2016). *Resposta ao Jiadismo Radical – Políticas e estratégias para vencer grupos como a al-qaeda ou o daesh*. Lisboa: Nexo Literário. (162 páginas). ISBN: 9789898529350

João Tiago Proença

REFERÊNCIA

Pires, Nuno Lemos (2016). Resposta ao Jiadismo Radical – Políticas e estratégias para vencer grupos como a al-qaeda ou o daesh. Lisboa: Nexo Literário, 162 páginas, ISBN: 9789898529350

1 O terrorismo internacional, e, em particular, o terrorismo de matriz islâmica, tornou-se um dos fatores essenciais na política internacional e de segurança. O fim da Guerra Fria deslocou o horizonte polemológico que acompanha as sociedades ocidentais, relegando para um plano bem secundário a oposição ideológica entre as sociedades livres e as sociedades comunistas, e modificou a natureza da ameaça terrorista. Os grupos empenhados na subversão das sociedades liberais, onde se inseriram e donde nasceram, motivados por uma visão do mundo marxista diversamente declinada, foram substituídos por grupos exteriores, no sentido geográfico do termo, mas, mais grave, no sentido de se baterem por valores heterógenos em relação aos das sociedades que atacam. Os valores formadores de identidade das *Brigate Rosse* ou da *Rote Armee Fraktion* faziam parte do ideário ocidental, interpretado de forma radical – o que permitia uma contraofensiva ideológica ancorada na denúncia da traição cometida por tais grupos

contra os próprios valores por si apregoados. A questão, violência à parte, era uma *querelle de famille*.

2 Ora, o jiadismo radical discrepa no fundamental dessa homogeneidade identitária, e é nessa diferença que hão de incidir os esforços de análise que poderão constituir uma achega preciosa na luta contra tais grupos. É neste domínio que a mais recente obra de Nuno Lemos Pires revela todo o interesse, em especial no capítulo sobre a *comunicação intercultural*. Por esta razão, a crónica da evolução ideológica islâmica ou a história do jiadismo revestem-se de importância secundária perante "*O problema*, título do Capítulo III. As ideologias fundamentalistas não foram nem são apanágio de uma "parte" do mundo; podem formar-se, e formam-se, em todas as partes do mundo. O problema reside antes na vasta capacidade de atração de que o jiadismo radical tem dado provas. Afinal, ninguém se inquieta, para além do *fait divers*, pelo facto um fundamentalista cristão cometer nos EUA um atentado contra uma clínica onde se praticam abortos. Falta-lhe precisamente a referida capacidade de atração. Ora, as razões pelas quais «se deixam tantos influenciar por estas mensagens» (cf. p. 50) analisa-as Lemos Pires a título de "fatores potenciadores", arrolando nessa qualidade o ambiente de mudança acelerada, a demografia crescente e urbana, os avanços científicos e tecnológicos não antecipáveis, alterações de impacto global, a dispersão e a decadência do poder, e, por último, a ignorância deliberada. Esta condição das regiões do Norte de África e do Médio Oriente é intensificada pelo antagonismo histórico revanchista e reativo contra a influência ocidental, que se arraiga na própria identidade tradicional, erodida precisamente por aqueles fatores potenciadores. Esses fatores multiplicam-se por via do choque social, económico e cultural suscitado pela diáspora de populações nativas daquelas regiões – "desfamília", xenofobia, "guetização", desocupação forçada. Trata-se «(d)os riscos "dentro de casa"», nas palavras de Lemos Pires (pp. 62-67). Sendo estas as balizas que condicionam as respostas a dar a um tal problema, Lemos Pires afirma *cum fiducia* que «não há uma solução. Existem, sim, soluções e estas têm de ser, obrigatoriamente, holísticas e pensadas para um período, no mínimo de duas gerações, ou seja, devem ser aplicadas nos próximos 50 anos» (p. 71). Um tal entendimento exclui liminarmente uma solução *manu militari*, o que não acarreta uma perspetiva irenista sobre o conflito – implica antes compreender que «o confronto direto das Forças Armadas e de Segurança contra os grupos radicais» é somente «uma pequena parte da grande política» e que produz efeitos pontuais, passageiros e incapazes de resolver o conflito (p. 77).

3 A solução duradoura tem de ser encontrada a montante do conflito, isto é, na prevenção. Ora, isso pressupõe reduzir os motivos de oposição das vontades, evitando o fechamento identitário como reação a uma agressão, real ou não, por parte da intervenção alheia. Lemos Pires propõe para esse efeito uma compreensão cultural alicerçada em três patamares – a saber, interação humana de proximidade, organização e método de trabalho e ordem política adequada. Além disso, um segundo passo tem de ser «repor equilíbrios fundamentais», ou seja, assegurar tanto quanto possível as condições elementares de vida para retirar plausibilidade às propostas jiadistas. A ação estratégica decorre destas premissas.

4 No teatro de operações, o combate deve implicar na medida do possível os intervenientes locais, e, inclusive, aceitar a sua chefia, como modo de fomentar a *ownership* das ações. Uma situação que não deixa de comportar riscos, uma vez que os diversos grupos e as várias autoridades se inserem em campos de força próprios. Ainda

assim, e é isso que Lemos Pires sublinha, é um risco a correr e uma responsabilidade a assumir, porque não há alternativa sólida a este modo de intervenção.

5 Várias questões se colocam a este respeito: desde problemas hierárquicos no seio das forças de intervenção até questões gerais de recursos entregues a terceiros, entrega essa que é preciso justificar junto das opiniões públicas, porque a *ownership* de um lado pode provocar uma *unownership* do outro. Tudo isso requer um novo trabalho intracultural junto das próprias opiniões públicas. Esta é a boa lição retirar desta obra.

AUTORES

JOÃO TIAGO PROENÇA

joaotiagoproenca@yahoo.com
Conselho da União Europeia
LE 09.CD.70
Rue de la Loi/Wetstraat 175
B-1048 Bruxelas
Bélgica